

Wilson Figueiredo

Se alguma coisa pode dar errado — adverte em tempo a Lei de Murphy — dará. Tanto faz como tanto fez o presidente Sarney alegar em sua defesa o desconhecimento da lei e do seu autor, que não é constituínte. Não terá escapatória. Com 4 ou com 5 anos, a premissa vale para qualquer um: JS acabará nos braços da conclusão.

Ainda que não tivesse sido formulada a lei, se alguma coisa pode dar com os burros n'água — e certamente dará — é o governo Sarney. Ele dirá depois, lavando as mãos, que a culpa é da lei e do seu autor, que ele conheceu em má hora. Entre um mandato de 4 e um de 5 anos, a diferença (em tese) é apenas de um ano. Tratando-se de governo, no entanto, o estrago é incalculável. Nada se fará nesse meio-tempo. Não se pode é calcular o que fará o povo, se dispuser de dois anos para externar a sua insatisfação. É certo que fará muita coisa.

Enganam-se redondamente ministros militares e civis que consideram 5 anos de mandato igualmente bons para governantes e governados. Militares sempre

acham cedo demais para eleição, e, em particular, para eleição presidencial. Ponto de vista. Desde 1964, desaconselham esse mau hábito popular. Recomendavam invariavelmente o prazo de carência para assegurar prioridade de tratamento à crise econômica. Enquanto isso, as dificuldades vão aumentando, mesmo sem eleições.

No tempo das diretas-já, os militares davam a sua palavra de que nada tinham contra a eleição direta, exceto a oportunidade. Mais adiante, tudo bem. Já estamos bem mais adiante, e eles continuam onde estavam. Nada contra, mas também nada a favor. Esperando a oportunidade, em vez de criá-la. Os constituíntes bem que poderiam se lembrar de resolver o impasse declarando que, para eleição, qualquer oportunidade é melhor que nenhuma.

A insistência dos militares em opinar sobre eleições, sem ser pela boca das urnas, já devia ter sido entendida como insinuação para serem, pelo menos, vogais na justiça eleitoral: consoantes civis e vogais militares.

Vai ver, como se diz por aí, os militares evitam confessar, por delicadeza e consideração, que convém adiar a

oportunidade porque Leonel Brizola, para não perder a vez, chegou cedo demais. Começou muito antes.

Podem ser também cuidado especial dos ministros militares para poupar do pior o PMDB, que está em passo de estrada para ser um novo PFL nas próximas liquidações, melhor, eleições. Eleição, quanto mais cedo, melhor. Até para o PMDB. A sucessão presidencial deste ano já está atrasada. Nesse assunto, porém, antes cedo do que tarde. O trem da história nunca passa no horário.

Para o PMDB, a possibilidade de vencer é maior hoje do que amanhã. Melhor, a de perder é menor agora do que em 89. Fala-se em geral no presidente Sarney como o grande interessado nos 5 anos. Quem mais precisa de prazo, no entanto, embora não o diga, é o PMDB. Sarney já está perdido. Se alguém tem tudo para não dar certo, é ele. Percebem-se às vezes em Sarney laivos de Luís XV. Só falta proclamar-se numa 6ª-feira: "Eu sou a transição." Outros, porém, mais atentos acham que Sarney está mais para Luís XVI. Pontos de vista.

Em sinal de consideração pela neutralidade do raciocínio, pode-se admitir que a proposta militar para dar 5 anos a

Uma lei para Sarney

Sarney não seja pelos bigodes presidenciais, mas pela transição mesma. O próprio presidente tem dito que não é uma quota pessoal. Se fosse, pediria logo os seis anos. Dando de barato que seja realmente interesse público, pode-se perguntar numa espécie de gargarejo para limpar a voz: que faria Sarney com os 5 anos? Nada de útil ou aproveitável. Se alguma coisa tem que dar errado, é certo que dará. E logo.

Já que não é por ele, admite-se que seja por ela, a sucessão. Não se emprestam 5 anos a um político, porque ele não devolve o troco. Teriam que ser dados a fundo perdido. E nós, como ficaríamos? Não preocupa o presidente a fatalidade de sair, mas inquieta-o a que porá outro no seu lugar. É inevitável. Brizola e Lula são bons para assustar burgueses. A democracia, porém, é um entra-e-sai, desde que não se interrompa o fluxo e se respeite a vontade do eleitor.

O argumento a que se agarram como naufragos o obsessivo presidente e seus incríveis ministros militares é o de que, ficando a sucessão para 89, Brizola estará derrotado. Mas não se explicam direito. Como é que, não podendo vencê-lo este ano, pretendem derrotá-lo no ano que

vem? Pelas urnas? O tempo é pouco para inverter as condições políticas, e longo demais para Sarney coçar-se civicamente. Como é que sabem que Brizola venceria este ano?

Trata-se, evidentemente, de hipóteses. Desde que seja candidato e haja eleições, Brizola pode eleger-se. Qualquer um pode. Nem o cálculo político é uma exceção. Com base nos últimos três anos e na Lei de Murphy, o Brasil em 1989 estará muito pior e Brizola muito melhor. Seria inesquecível o centenário da República: Tudo que pode dar errado não deixa passar a oportunidade.

Desta vez, ninguém poderá acusar Brizola de praticar o velho *quanto pior, melhor*. O suspeito é agora o presidente, que apostou os seus trunfos militares nos 5 anos.

A maioria absoluta e o parlamentarismo não receberam tantas provas de consideração na Constituinte por amor dos políticos aos grandes princípios, e sim pelo mal que possam fazer à candidatura Brizola e, por extensão do preconceito, o bem que resulte para a democracia. Tudo pode acontecer, mas eleição é apenas uma oportunidade para Brizola eleger-se. Conta também a hipótese de que seja

uma ótima ocasião para derrotá-lo. Não há meio mais confiável e insuspeito.

Só a maioria e o parlamentarismo juntos ou separados, podem impedir Brizola de chegar aonde o situou o raciocínio dos ministros militares: a vitória este ano. Armas democráticas, mas, guerra é guerra. O parlamentarismo desta vez ofereceu-se para dupla utilidade: tanto propõe a impedir que Sarney faça mais besteiras, quanto a dissuadir o impetuoso Brizola. Caiu do céu o parlamentarismo se é possível vir de tão alto uma solução para atender, na medida exata, os interesses inferiores.

Se essas duas armadilhas — o segundo turno e o gabinete — não conseguirem barrar Leonel Brizola, seja então o que Deus quiser — contando que seja pela vontade dos eleitores. O voto do povo merece ser considerado o voto de Deus, tendo em vista que a voz de um já é aceita como a voz do outro. Se se admite a hipótese de Brizola vencer, então quanto mais cedo entrar, mais cedo sairá. Uma boa razão suplementar a favor dos que defendem mandato de 4 anos. Outro com 4 ou com 5 anos, a sucessão vai começar imediatamente. Assim que os constituíntes pingarem o ponto final da constituição. E não é sem tempo.

JORNAL DO BRASIL

20 de maio de 1989

AMC P.11

AMC X